

Referências bibliográficas

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos – A Instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo (1975-2000).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LEITE, Rodrigo Proença. **Contra-usos da Cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PAES, M. T. D. Introdução e apresentação. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

ENCLAVES FORTIFICADOS: ESTUDO DE CASO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS NO DISTRITO DE SOUSAS, CAMPINAS (SP)

Caroline Lucon Rocha

Tobias Martins de Oliveira

tobias_martins@yahoo.com.br

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Unesp

Palavras-chave: condomínios fechados, espaço, mercadoria, valorização.

Introdução

A proliferação de loteamentos e condomínios fechados nas últimas décadas tem modificado a configuração espacial e forma de consumo do espaço geográfico.

Para pensar sobre esse processo é necessário situar o contexto histórico da urbanização brasileira, no qual a urbanização da sociedade atingiu maturidade no século XIX, seguida pela urbanização do território que acontece apenas um século depois. A década de 1960 foi importante nesse sentido por ser marcada por grandes transformações no espaço urbano, uma delas é o adensamento populacional nos centros urbanos, mas, contraditoriamente, os grandes centros

urbanos apresentavam um déficit no número de moradias ofertadas, o que provocou a migração dos grupos sociais de mais baixa renda para as moradias mais precárias como cortiços e favelas e a mudança de uma parcela da camada mais abastada para um novo tipo de residência pautado num modelo norte-americano de moradia, os chamados condomínios fechados.

Em Campinas, essas novas formas de ocupação surgem, como os condomínios fechados surgem nos anos 1970, transformando o espaço que se configurava como público em privado, e trazem uma nova compreensão do conceito de liberdade através de um novo conceito de cidade, ou seja, fragmentada dentro do processo de expansão do tecido urbano.

Assim, os condomínios estão presentes como um mercado promissor, oferecendo segurança, um espaço mais homogêneo, distante da malha urbana, relativamente funcional e que antes eram destinados apenas à moradia de classe alta e localizados em grandes áreas periféricas, mas atualmente atendem outras classes sociais e possuem características bastante distintas. Tais espaços representam uma mudança no padrão residencial urbano, acenando para gestação de uma nova cultura de morar na cidade, onde,

segundo Caldeira (2000), diferentes classes passam a viver mais próximas, mas mantidas separadas por barreiras físicas, como os altos muros dos condomínios.

A valorização do espaço, assim como seu entorno, ocorre não só pelos condomínios fechados, mas pela presença de infraestrutura urbana e serviços prestados à população ali recém-instalada. Além disso a expansão dos empreendimentos imobiliários tem atraído outros investimentos na área, ativando um ciclo de crescimento ainda incalculável.

Daí a importância de estudar a terra como uma mercadoria em que o preço é definido pela capacidade de pagar dos seus compradores e não pela sua produção. De acordo com Rodrigues (2007), a cidade mercadoria não é trocável no mercado como um objeto. Não se transmite, em tese, a propriedade da cidade em sua totalidade.

Pode-se classificar como “enclaves residenciais fortificados” (BARBOSA, 2007) lugares da habitação, espaços consumidos e pressupõem um consumo do espaço, através de uma habitação mercantilizada (produto), culminando em “espaços-mercadoria”. Já Salgueiro (1998) utiliza o termo enclave para se referir tanto a condomínios residenciais de luxo, como centros comerciais. O enclave não é determinado pela sua dimensão, mas sim pela ruptura de relações com o

tecido que o cerca, e Caldeira (2000) define como “enclaves fortificados”, os espaços privatizados, fechados e monitorados, para fins de moradia, trabalho, lazer ou consumo, podendo apresentar-se na forma de shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais e os condomínios residenciais.

Portanto, os *enclaves*, ao darem ênfase aos espaços privados para uso coletivo, desvalorizam as áreas públicas e abertas da cidade, e o enclausuramento é transformado em símbolo de status.

Objetivos

- Identificar os fatores e condições espaciais que possibilita a atração de loteamento fechado e condomínios no distrito de Sousas, Campinas (SP).
- Problematizar a questão do consumo de condomínios e as intervenções na ocupação do Espaço Geográfico.
- Analisar a organização espacial dos enclaves fortificados
- Compreender como o processo de “condominização” potencializa a segregação sócio-espacial.
- Identificar os atores que participam do processo de consumo do espaço e discutir como determinados recursos são distribuídos no espaço.

- Relacionar a expansão dos loteamentos nas áreas de proteção ambiental.
- Discutir a forma com a qual a questão ambiental torna-se produto para venda dos loteamentos.

Resultados

Os condomínios fechados também são valorizados porque retomam, por um lado, certo desejo de proximidade com a natureza, e, por outro, o ideal da casa isolada que, se possível, é configurada de forma alheia a qualquer tipo de espaço coletivizado.

No interior de certos conjuntos é comum deparar-se com casas cujas fachadas remetem a tipologias habitacionais historicamente demarcadas, são os chamados simulacros, ou seja, uma cópia próxima ao real a qual leva ao *status* social e a identidade da localidade e seus habitantes.

As mercadorias e os objetos mudaram de sentido, posto que, em vez de designar uma coisa simples, articulada com o universo da necessidade imediata, criam-se cada vez mais mercadorias que são estratégicas e políticas, como no caso específico do espaço (CARLOS, 1999, p. 174).

O distrito de Sousas foi escolhido como área de estudo do trabalho, devido a elevada concentração de

loteamentos e condomínios fechados e a expansão dos empreendimentos imobiliários. Utilizamos como período de estudo a década de noventa até o ano de 2010. Iniciamos nossa pesquisa a partir da ocupação por condomínios fechados do bairro do Gramado (década de noventa), o qual é próximo ao distrito de Sousas. Nessa área marcante há valorização dos terrenos nos bairros em seu entorno: os preços subiram, não só dos bairros fronteiros aos condomínios, mas também dos outros bairros que compõem a região.

Portanto, para estudar essa nova racionalidade de domínio do espaço, os meios de comunicação são essenciais, assim como a tecnologia, que transformou o espaço em mercadoria:

Como afirma Lefèbvre, não se vendem mais objetos, tijolos ou habitações, mas cidades. Isso significa dizer que o espaço torna-se mercadoria, entra no circuito da troca, e com isso espaços antes desocupados se transformam em mercadoria, entrando na esfera de comercialização (CARLOS, 1999).

Tal transformação ocorre principalmente pelo processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, que se submete cada vez mais ao jogo imobiliário.

Considerações finais

O estudo de condomínios fechados horizontais em Sousas envolveu uma série de abordagens sobre o espaço

geográfico, já que a discussão envolve o uso da terra como mercadoria e a valorização das necessidades humanas no âmbito habitacional. A relevância do questionamento desses condomínios e de outras modalidades de moradias é pensar em um novo padrão de segregação espacial e desigualdades na cidade.

A cidade mercadoria não é trocável como objeto, segundo Rodrigues (2007), o que se vende são fragmentos de lugares, pólos de investimentos para capitalistas nacionais e estrangeiros com o objetivo de aumentarem os lucros, rendas e juros. É um novo modelo de segregação que substitui aos poucos um padrão social e espacial muito comum no contexto urbano latino-americano, acompanhado de uma série de fatores econômicos. Sendo assim, a moradia representa uma parte dos inúmeros fragmentos de lugares no espaço urbano que se materializam as relações de consumo. Portanto, a habitação na forma dos condomínios apresenta-se, então, como um sistema produtivo atual reafirmando o espaço como mercadoria e bem de consumo.

Referências bibliográficas

BARBOSA, L. A. **Faces da produção do espaço urbano em cidades médias:** “Os enclaves residenciais fortificados” em Limeira-SP.2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

CALDEIRA, M. T. P. R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARLOS, A.F.A. **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

RODRIGUES, A. M. **A Cidade como direito.** Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24533.htm>>. Acesso em: 13 out. 2010.

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-Moderna: Espaço fragmentado. **Revista Território**, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.

EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANIZADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2000-2010)

Wellington Gomes dos Santos

wellington.santos@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: Região Metropolitana de Campinas (RMC), urbanização, Sistema de Informações Geográficas (SIG).

A intensificação do processo de urbanização do Brasil, ocorrido em meados do século passado, esteve intrinsecamente relacionada ao processo de industrialização do país. Sobretudo entre meados das décadas de 1970 e 1990, quando a região de Campinas (SP) apresentou um forte crescimento em termos populacionais, econômicos, infra-estruturais, entre outros (NEGRI, 1996; CANO e BRANDÃO, 2002). No momento de sua institucionalização, no ano de 2000, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) já apresentava intensa dinâmica territorial, que afetava diretamente o tecido urbano regional, promovendo o crescimento de áreas urbanizadas, bem como a conurbação entre várias delas. Decorrente em especial de seu desenvolvimento infra-estrutural, econômico e tecnológico, e